

Peça Processual – Critérios para correção		Pontos	Cor.1	Cor.2	Cor.3
Endereçamento	Vara da Justiça Federal de Curitiba/PR	0,2			
Autor	Companhia de Enlatados X	0,1			
Réu	União	0,1			
Qualificações	Qualificar partes e advogado, conforme o enunciado	0,1			
Representação processual	Procuração e Estatuto Social da autora	0,1			
Identificação da peça	Ação Declaratória	0,4			
Fatos	Descrever os fatos necessários	0,1			
Fundamento 1	Ofensa ao princípio da legalidade (art. 149, <i>caput</i> c/c art. 150, I CF)	0,4			
Fundamento 2	Imunidades das receitas de exportação (art. 149, I CF)	0,4			
Fundamento 3	Vedação ao tratamento desigual e uniformidade (art. 150, II e art. 151 CF)	0,4			
Fundamento 4	Ofensa à anterioridade (art. 150, III, <i>b</i> e <i>c</i> CF)	0,4			
Fundamento 5	Vedação à irretroatividade (art. 150, III, <i>a</i> CF)	0,4			
Depósito	Para suspender a exigibilidade (art. 151, II CTN)	0,4			
Pedido 1	Citação da União na pessoa de seu representante legal	0,1			
Pedido 2	Procedência do pedido	0,1			
Pedido 3	Condenação em custas e honorários	0,1			
Valor da causa	Valor para efeitos fiscais por ser pedido declaratório	0,1			
Final	Local, data e nome do advogado	0,1			
Critério Geral	Raciocínio, argumentação jurídica e linguagem forense	1,0			
Total					

Questão nº 2.1 – Critérios para correção		Pontos	Cor.1	Cor.2	Cor.3
A medida provisória não é constitucional (art. 62, §1º, I, <i>b</i> CF)		0,5			
Não é possível reeditar a medida provisória (art. 62, §7º CF)		0,5			
Total					

Questão nº 2.2 – Critérios para correção		Pontos	Cor.1	Cor.2	Cor.3
Impossibilidade da cláusula de sigilo (art. 5º, XXXIII e art. 37 CF)		0,5			
Partido Político X não tem legitimidade para ação popular (art. 5º, LXXIII CF e art. 1º Lei 4.717/65)		0,5			
Total					

Questão nº 2.3 – Critérios para correção		Pontos	Cor.1	Cor.2	Cor.3
É possível anular o Termo (art. 49, <i>caput</i> e §1º Lei 8.666/93)		0,5			
Direito de receber a indenização (art. 59 Lei 8.666/93)		0,5			
Total					

Questão nº 2.4 – Critérios para correção		Pontos	Cor.1	Cor.2	Cor.3
As omissões são causas de nulidade da CDA (art. 202, II e III CTN)		0,5			
Possibilidade de sanar as nulidades antes da decisão de 1ª instância (art. 203 CTN)		0,5			
Total					

Questão nº 2.5 – Critérios para correção		Pontos	Cor.1	Cor.2	Cor.3
Ausência de lei complementar e mesma base de cálculo e fato gerador do IPVA (art. 154, I e art. 155, III CF)		0,5			
Vedação da vinculação da receita de impostos à despesa (art. 167, IV CF)		0,5			
Total					